

## A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias

Bibliographical Cataloging till the advent of new technologies

MARYSIA MALHEIROS FIUZA \*

Histórico da catalogação bibliográfica, apresentando as principais contribuições para seu desenvolvimento. Estudo das ideologias de Pannizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky, principais teóricos da catalogação. Considerações sobre a influência dessas ideologias na biblioteconomia brasileira.

O estudo da história da catalogação bibliográfica inicia-se na análise da etimologia da palavra **catálogo** (do grego *Katalogos*): **Kata** — por, ou de acordo com; **Logos** — palavra, ordem, razão. Com base nesta etimologia, pergunta-se: «é o catálogo uma obra na qual o conteúdo é arranjado de acordo com uma **ordem racional**, de acordo com um **plano estabelecido**, ou meramente **palavra por palavra**»? STROUT (9).

Através dos séculos, tentou-se, a princípio instintivamente, responder a esta pergunta; nos tempos modernos, a resposta tem sido buscada de modo intencional e objetivo.

---

\* Prof. adjunto da Escola de Biblioteconomia da UFMG

Nos períodos antigos da história, encontramos alguns remanescentes de listagens de livros, mas não se sabe que uso se fazia delas. Na literatura grega, há referências a coleções de livros pertencentes a indivíduos ou a bibliotecas. Calímacus, bibliotecário da Biblioteca de Alexandria, ficou famoso, na história da Biblioteconomia, porque compilou uma listagem de obras, em 250 a.C. Não se chegou, porém, a determinar, com exatidão, se esta listagem era um catálogo da biblioteca ou uma bibliografia da literatura grega. Os gregos, entretanto, nos ensinaram a referirmo-nos às obras literárias pelo nome do autor e esta foi a sua maior contribuição para a catalogação bibliográfica.

A Idade Média apresentou pouco desenvolvimento significativo na área da catalogação, a não ser tentativas isoladas de listas inventariais bastante desorganizadas. Até mesmo a criação das universidades européias não influenciou o processo, e os catálogos de suas bibliotecas continuaram a se constituir de inventários das coleções. No século XIII, a atividade catalográfica se desenvolveu nos mosteiros ingleses, com a tentativa de se fazer um catálogo coletivo de seus acervos; no século XIV, apareceu a idéia de símbolos de localização dos livros nas estantes, bem como uma indicação mais completa de edições e a preocupação de se identificarem as obras «publicadas ou encadernadas junto».

Os séculos XV e XVI representaram um grande desenvolvimento nas atividades acadêmicas, intelectuais e científicas e, de grande importância para o nosso assunto, assistiu-se à criação e ao desenvolvimento da indústria tipográfica. Desde a invenção da imprensa, por Guttenberg, os acervos de bibliotecas e das livrarias precisavam ter uma organização mais cuidadosa. Surgiu, então, a figura de Konrad Gesner, bibliógrafo suíço. Gesner publicou, em 1545, uma bibliografia arranjada

alfabeticamente por autor, à qual foi acrescentada em 1548, um índice de assunto. Esta bibliografia pretendia ser universal e citar todas as obras impressas publicadas no mundo. Gesner sugeriu que as bibliotecas usassem esta bibliografia, acrescentando números de chamada para localização das obras nas estantes. Mais tarde, (1695) Andrew Maunsell, livreiro inglês, estabeleceu os elementos básicos para a descrição bibliográfica.

LUBETZKY (4) descreve a ideologia da catalogação que prevaleceu desde essa época até os meados do século XIX:

«A biblioteca é uma fonte de livros e o catálogo é um auxiliar para localizar um livro dentro da biblioteca. Um livro é normalmente identificado pelo nome do autor — real ou assumido — e pelo título. Portanto, raciocinou-se, entradas sob o nome do autor e sob o título encontrado na folha de rosto ou em outra parte do livro, em conjunto com um símbolo para indicar sua localização nas estantes, permitiriam encontrar rapidamente um livro».

Em 1791, o governo francês publicou instruções para organização das bibliotecas estabelecidas depois da Revolução onde se incluía um código da catalogação. Foi a primeira tentativa de um código nacional e a primeira experiência com catálogos em ficha.

FREEDMAN (2) considera que existem quatro figuras reconhecidas como os maiores pensadores da catalogação, pelo menos na tradição anglo-americana: Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky. Tendo em vista que a tradição anglo-americana influenciou sobremaneira a biblioteconomia brasileira, acreditamos ser interessante estudar o pensamento desses «quatro grandes».

«Relendo seus escritos», diz FREEDMAN (2) «convenci-me de que toda discussão sobre catalogação deve ocorrer na estrutura da ideologia desenvolvida pelos «quatro grandes» ou provar as deficiências dessa ideologia antes de propor alguma alternativa a ela».

O ano de 1831 representa um marco significativo na história da catalogação, pois foi quando o Museu Britânico contratou Antonio Panizzi (1797-1879) advogado por profissão, anarquista por ideologia, refugiado político italiano, como bibliotecário assistente. Panizzi foi encarregado de coordenar os trabalhos de revisão do catálogo da biblioteca daquela instituição. Anteriormente, já havia ele trabalhado na confecção de um catálogo para a Royal Society of London. Dedicou-se de corpo e alma, e com todo o entusiasmo que lhe era peculiar à nova tarefa, o que lhe valeu a seguinte citação por parte de um de seus contemporâneos: «Não se pode ficar indiferente a Antonio Panizzi: ama-se ou odeia-se e, todos que realmente o conhecem, homens ou mulheres, amam-no devotadamente». Depois de 4 anos de discussões perante a comissão encarregada de aprovar o novo catálogo, Panizzi conseguiu sua aceitação e apresentou suas famosas **91 Regras** onde está contida a sua ideologia sobre catalogação:

«O Catálogo deve ser visto como um **todo**. O livro procurado por uma pessoa não é realmente, na maioria das vezes, o objeto de seu interesse, mas a **obra** nele contida; esta **obra** pode ser encontrada em outras edições, traduções e versões, publicada sob diferentes nomes do autor e diferentes títulos e, conseqüentemente, para servir bem ao usuário, o Catálogo deve ser planejado para revelar todas as edições, versões, etc. das obras, bem como outras obras geneticamente relacionadas que existem na biblioteca».

Os aspectos principais abordados nas 91 REGRAS DE CATALOGAÇÃO são:

1. um livro deve ser considerado e representado no catálogo, não como uma entidade separada, mas como uma edição de determinada obra, de um determinado autor;
2. todas as obras de um autor, e suas edições, devem ser entradas sob um nome definido, usualmente o nome original do autor, independentemente dos diferentes nomes que aparecem nas diferentes obras e edições;
3. todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por língua, etc.) de maneira que a pessoa em busca de um livro em particular, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor serviria a seus objetivos.
4. referências apropriadas devem ser feitas para auxiliar o usuário a encontrar a obra desejada.

Charles Coffin Jewett (1816-1868) foi considerado por SHERA (8) como uma figura que se sobrepõe às outras, na história da biblioteconomia americana, pela sua perspicácia, ampla visão, e pela influência sobre seus contemporâneos. Muitas das técnicas modernas se originaram das sugestões de Jewett. Ele fez uma revisão das regras de Panizzi, adaptando-as para a prática norte-americana. Publicou um código de catalogação para a biblioteca da Smithsonian Institution, onde trabalhava como bibliotecário. Idealizou um sistema de reprodução de fichas por meio de placas estereotipadas de cobre para dar maior flexibilidade ao catálogo, bem como permitir

maior cooperação entre as bibliotecas. Suas idéias para um catálogo coletivo nacional, expostas na Conferência dos Bibliotecários Americanos, em 1853, constituíram a base de muitos serviços de catalogação cooperativa e centralizada, conforme reconhece Fred Kilgour, responsável pela criação do OCLC.

Charles Ami Cutter (1837-1903) desenvolveu a maior parte de seus trabalhos como bibliotecário do Boston Athenaeum. Trabalhou com Jewett na preparação de um catálogo para uma coleção especial da Biblioteca Pública de Boston. Ao assumir a direção da Biblioteca do Boston Athenaeum, Cutter considerou, como a tarefa mais urgente, a compilação de um catálogo impresso. Usou, então, a sua experiência profissional influenciada diretamente por Jewett e indiretamente por Panizzi, aliada a seu treinamento científico e filosófico para estabelecer suas «Regras para um Catálogo Dicionário Impresso». Nesta obra ele definiu os primeiros princípios de catalogação expressos em regras que constituíram um código tão racional e completo que muitas delas continuam a fazer parte dos códigos atuais. Apresentou os **objetos** da Catalogação e os **meios** pelos quais os objetos podem ser atingidos:

O catálogo deve ser um instrumento hábil para:

1. permitir que uma pessoa encontre um livro do qual conhece:

- A — O Autor
- B — O título
- C — O assunto

2. mostrar o que a biblioteca tem:

- D — de um determinado autor
- E — de um determinado assunto
- F — de uma determinada espécie de literatura

3. ajudar na escolha de um livro:

G — com respeito à sua edição

H — com respeito a seu caráter (literário ou tópico).

Para atingir tais «objetos», o catálogo deve contar com os seguintes «Meios»:

1. Entradas de autor, com as referências necessárias (A e D)
2. Entradas de título ou referências ao título (B)
3. Entradas de assunto, referências cruzadas (C e E)
4. Entrada de forma e língua (F)
5. Transcrição da edição e imprensa, com notas, quando necessário (G)
6. Notas especiais (H)

De acordo com MAXWELL (6) «as 368 regras de Cutter constituem a mais séria tentativa, feita em seu tempo, para se estabelecerem princípios de Catalogação e aplicá-los de maneira sistemática em um código detalhado. Ele não somente definiu os objetivos fundamentais do Catálogo; estabeleceu, também, como um axioma, que os objetivos podem ser mais facilmente atingidos pelo princípio da autoria».

Seymour Lubetzky (1898- ) imigrante judeu polonês, é considerado o maior teórico da catalogação do século XX. É o único dos «quatro grandes» ainda vivo. A sua teoria foi a base para as discussões da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris, 1961. Pode ser resumida nos seguintes pontos:

1. os objetivos do Catálogo são:
  - mostrar se a biblioteca possui ou não um item determinado, publicado sob um nome de autor ou sob um título determinado;
  - identificar o autor e a obra representados pelo item e relacionar as várias obras do autor e as várias edições da obra.
2. As duas funções do Catálogo são:
  - localizar documentos, atendendo ao 1º objetivo;
  - agrupar documentos, atendendo ao 2º objetivo.
3. Os problemas encontrados nas entradas de autor e título podem ser agrupados em blocos e resolvidos através de princípios básicos, visando a consistência do catálogo.

A revolução representada pelo uso do computador na prática bibliotecária encontrou Lubetzky em plena atividade e sua perspectiva sobre o assunto é que as possibilidades tecnológicas e combinatórias do computador são complementares as funções básicas do Catálogo, porém não as substituem. Tanto em sua atuação como professor da UCLA, como em conferências e reuniões sobre catalogação, Lubetzky continua defendendo esta ideologia e alertando os profissionais da informação sobre a importância de se terem sempre em vista os objetivos do catálogo ao planejar qualquer serviço de automação:

«O advento do computador na biblioteca é uma ocasião propícia para uma reconsideração de nossos objetivos catalográficos e, mais particularmente, de nossos meios de atingi-los, mas não para um brusco abandono das idéias adotadas no passado».

Concluindo, verifica-se que os «quatro grandes» concordaram, em suas teorias e nas regras dos catálogos que construíram, que:

«todas as obras de um autor devem ser apresentadas ao usuário e que todas as edições e traduções devem ser apresentadas como representações de uma obra determinada. De vez que há várias maneiras pelas quais uma determinada obra é representada e pelas quais um determinado autor é identificado, a tarefa tradicional do catalogador é demonstrar a relação entre as várias representações de uma obra». Estas condições de controle bibliográfico fazem do Catálogo de biblioteca um instrumento que transcende às simples listas de localizar ou inventariar documentos» FREEDMAN (2).

Até o advento das novas tecnologias de automação, a teoria derivada dos escritos dos «quatro grandes» constituiu-se como espinha dorsal de toda a catalogação bibliográfica. O computador apresentou uma nova perspectiva no campo da biblioteconomia, especialmente na catalogação.

Não se pretende, neste artigo, discutir esta nova perspectiva, comentar a obra de novos «grandes» como Michael Gorman, S. Michael Malinconico, Frederick Kilgour e outros, ou analisar a filosofia que criou as ISBDs (International Standard Bibliographic Description) e determinou a revisão do Código da Catalogação Anglo-Americano. Porém, algumas considerações nos vêm à mente, quando se chega a este estágio da história da catalogação.

1. É possível aproveitar toda a experiência acumulada ao longo dos anos para trabalhar conjuntamente com as propriedades fundamentais do computador?
2. Vamos usar o computador somente para agilizar uma prática corrente ou vamos reconsiderar todos os nossos sistemas, modificando-os radicalmente, se necessário?

3. Qual será a nossa atitude com relação aos nossos catálogos atuais? FASANA (1) adverte: «Existem catálogos em ficha, existem coleções retrospectivas já catalogadas e há o importante aspecto de continuidade com o passado». GORMAN (3) retruca: «Quero mostrar que o melhor uso da automação se fundamenta na completa reconsideração de toda a nossa prática, uma análise do que estamos fazendo e porque o fazemos. Se este processo leva a uma mudança radical, façamo-la» MALINCONICO (5) comenta: «os princípios desenvolvidos por mais de um século de pensamento e experiência (das regras de Panizzi à Conferência de Paris) foram pobremente defendidos pelos catalogadores e menos ainda pelos administradores. Os administradores são presa fácil do canto da sereia de redução de custos, especialmente se palavras como «inovação» são usadas como acompanhamento harmônico. O resultado foi, em larga escala, a automação de certas atividades auxiliares à catalogação, sem a inclusão do processo total de catalogação».

4. O que acontece nas bibliotecas brasileiras? Qual o impacto da nova tecnologia na prática bibliotecária? E nas escolas de biblioteconomia? Como é abordado o assunto? Em que perspectiva se encara a influência dos «quatro grandes»? E as inovações das ISBDs e da 2ª edição do Código de Catalogação Anglo-Americano?

Estas são as questões...

**History of bibliographical cataloging, presenting the main contributions to its development. Study of the ideology of Panizzi, Jewett, Cutter e Lubetzky, theorists of cataloging. Considerations about the influence of those ideologies on Brazilian Librarianship.**

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. FASANA, P. Aparte a GORMAN, M. Cataloging and the new technologies. In: **The NATURE and future of the catalog**; proceedings of The ALA 's Information Science and Automation Division's 1975 and 1977 Institutes on the Catalog. Phoenix, Oryx Press, 1979. p. 137.
2. FREEDMAN, M. Must we limit the catalog. **Lib. J.**, **101(3)**: 322-24, 1984.
3. GORMAN, M. Cataloging and the new technologies. In: **The NATURE and future of the catalog**; proceedings of The ALA's Information Science and Automation Division's 1975 and 1977 Institutes on the Catalog. Phoenix, Oryx Press, 1979, p. 127-56.
4. LUBETZKY, S. Ideology of bibliographic cataloging: progress and retrogression. In: **The NATURE and future of the catalog**; proceedings of the ALA's Information Sciences and Automation Division's 1975 and 1977 Institutes on the Catalog. Phoenix, Oryx Press, 1979. p. 5-13.
5. MALINCONICO, S.M. Catalogs & Cataloging; innocent pleasures and enduring controversies. **Lib. J.**, **108(11)**: 10-13, June, 1984.
6. MAXWELL, M. F. The genesis of Anglo-American Cataloging rules. **Libri**, **27(3)**:238-62, 1977.
7. MILLER, E. **Prince of librarians; the life and times of Antonio Panizzi of the British Museum**. Athens, Ohio, The Ohio University Press, 1967.
8. SHERA, J.H. Jewett and Spofford — national librarians; a review article. **Lib. Quart.** **47(1)**:58-61, Jan. 1977.
9. STROUT, R.F. The development of the catalog and cataloging codes. In: ROWLAND, A. R. **The catalog and cataloging**. S.I., The Shoe String Press, 1969. p. 3-33.